
DEBATES

ESPECULAÇÕES A RESPEITO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Eliseu Alves¹

INTRODUÇÃO

No título evitamos o termo previsão porque não desenvolvemos um modelo que tornasse nossa análise mais rigorosa. O objetivo é estimular o debate: acreditamos que o tema desenvolvimento da agricultura ganhará importância se conseguirmos erradicar a inflação, ou então, domesticá-la.

É importante determinar as macro-tendências por duas razões principais. Em primeiro lugar, se não gostarmos das conseqüências da evolução em marcha, devemos aduzir políticas econômicas que tenham o poder de obstá-las, ou então, de minimizar os sofrimentos das pessoas e os danos ao meio ambiente que as conseqüências imporão². Em segundo lugar, se julgarmos a evolução aceitável, é importante estabelecer políticas econômicas que a favoreçam, sem perder de vista o meio ambiente e os que ficarão à margem.

O nosso limite é o de alertar para as tendências. Não aprofundaremos a discussão das conseqüências delas no bem-estar dos brasileiros e sua importância no nosso desenvolvimento econômico. Nem iremos analisar, mais detalhadamente, as políticas econômicas que podem estimulá-las ou obstá-las. O horizonte de especulação é vinte anos. Em períodos longos, os novos desenvolvimentos tecnológicos trazem surpresas imprevisíveis. A maior delas será se homem não vier a precisar da agricultura para se alimentar. A principal hipótese é que isto não ocorrerá. Desenvolveremos o tema em tópicos.

DEMANDA E OFERTA AGREGADA

Os trabalhos que estudam, em escala mundial, o balanço demanda-oferta agregada sugerem que há uma possibilidade, nada desprezível, que a demanda supere, em crescimento, a oferta (International Food Policy

¹ Pesquisador da EMBRAPA.

² Nunca se esquecer de avaliar o efeito perverso da política sobre os consumidores urbanos e as exportações.

Research Institute, 1995). Ou seja, o equilíbrio entre oferta e demanda exigirá aumento dos preços dos alimentos. Como consequência, os países importadores de alimentos e as camadas de população mais pobres, que consomem a maior parte do orçamento doméstico em comida, serão mais penalizados. Entre os grandes importadores de alimentos, temos os países em desenvolvimento, que terão suas taxas de crescimento reduzidas se forem obrigados a aumentar a importação de alimentos. E o sonho de reduzir o diferencial de pobreza entre nações ricas e pobres continuará sendo apenas um sonho. A saída do dilema está em maior apoio à agricultura, ao contrário das políticas econômicas que o mundo subdesenvolvido adota.

Um sinal preocupante é a redução dos estoques mundiais de grãos, que aponta o crescimento dos preços dos grãos ainda no corrente ano. Com efeito, o preço do trigo já se elevou bastante, a ponto de a nossa produção para o mercado interno voltar a ser competitiva, e os preços do milho e da soja seguem o mesmo caminho.

Entre as causas do desbalanço entre oferta e demanda mencionam-se as seguintes:

1. Aumento das importações dos países asiáticos, especialmente a China e aqueles de taxas elevadas de crescimento. O crescimento da demanda ocorre em decorrência de uma parte do incremento da renda per capita ser destinado à aquisição de alimentos. Com a democratização dos países da cortina de ferro, o consumo de alimento crescerá por causa da eliminação dos freios impostos pelos controles do Estado e da oferta de alimento destes países, a qual está se ajustando lentamente aos estímulos da economia de mercado, em função de desarranjos macroeconômicos. Espera-se também que eles voltem a crescer a taxas elevadas, vencidas as etapas de ajustamento a uma economia livre. O problema mais sério é da antiga União Soviética. Ela deverá superar as dificuldades, porque tem um povo instruído e é muito bem dotada de recursos naturais. Como empecilhos a um ajuste mais rápido estão as tensões impostas pelas guerras civis e a tradição de intervenção do Estado na economia, que é muito anterior à implementação do comunismo.

O crescimento da população mundial devesse adicionar mais dois bilhões de consumidores nos próximos 20 anos (população-base de seis bilhões e taxa anual de crescimento 1,5%), os quais representam uma fonte importante de crescimento da demanda, embora a maioria deles residirá em países pobres (IFPRI, 1995). Não se pode desprezar o efeito na demanda agregada da migração de grandes contingentes de população de países pobres para

ricos. O imigrante, em função de da renda per capita mais elevada, passa a consumir mais alimentos que consumia no país de origem. Em tempos recentes, os países ricos estão severamente restringindo as imigrações.

2. A redução do crescimento da oferta de alimentos dos países ricos como consequência da eliminação de subsídios. O efeito direto e imediato recai sobre os preços recebidos pelos agricultores, que reduzirão a oferta de alimentos. Mas este efeito pode ser amortecido, ou mesmo eliminado, pelo incremento nos preços dos produtos e pela redução nos dos insumos. Os modelos econométricos que estudaram o ajustamento total indicam redução da produção dos países ricos e o conseqüente aumento de importações. Entre os países mais penalizados estão os pobres que importam alimentos. Mas estes modelos, em função das dificuldades de incorporar tecnologia e de tratar adequadamente o salário da mão-de-obra familiar e em função de variáveis macroeconômicas, costumam fazer previsões que falham com certa freqüência. E quando estão corretas, falharão por outra razão: os países ricos encontrarão outras formas para voltar a subsidiar. Mas de qualquer modo, suas previsões indicam que países, como o Brasil, de grande potencial de produção, têm muito a ganhar com o aumento da capacidade de exportadora.

3. Os países desenvolvidos, notórios supridores de conhecimentos básicos e de tecnologia, estão reduzindo, no caso da agricultura, os investimentos do governo em pesquisa agrícola, o que, infelizmente, é imediatamente seguido pelo terceiro mundo. Reduziram também os recursos que destinam a instituições internacionais, como é o caso dos centros internacionais. Muitos imaginam que esta redução de recursos terá efeitos dramáticos na agricultura. O contra-argumento decorre do aumento de investimento em biologia avançada, em cibernética e em pesquisa básica, e da grande capacidade que tem a iniciativa particular de transformar conhecimentos básicos em tecnologia e mesmo de investir em ciência pura. Note-se que a velocidade de transformação cresceu dramaticamente: Em menos de oito anos, a partir da concepção inicial, um produto está pronto para o mercado. Este período já foi superior a 20 anos, e isto até recentemente, no findar da Segunda Guerra Mundial. Contudo, apesar de não se saber qual é a resultante final, não restam dúvidas de que quem não gerar tecnologia terá que pagar a quem gerou. A tecnologia agrícola não irá fluir, livre de custos diretos, para os países pobres, como ocorreu no passado.

É importante notar que a agricultura perdeu a condição de um setor que necessitava de tratamento especial. Hoje, do ponto de vista de gerência e

administração, muito se assemelha a uma indústria, pois até os centros de decisões estão nas cidades e no mercado internacional. As políticas agrícolas desaparecerão como tais e mergulharão na política econômica geral, perdendo, portanto, a identidade.

4. Restrições ambientais. Ninguém duvida que elas procuram preservar a capacidade produtiva do planeta e proteger a saúde do Homem. No longo prazo, devem contribuir para o aumento da produção e para a geração de conhecimentos mais profundos em relação às conseqüências da ação do homem e, assim, servir de base para formulação de uma política que atenda, a um tempo só, às necessidades de crescimento e de preservação. No espaço de tempo a que nos restringimos, essas delimitações têm a capacidade de reduzir a oferta de alimentos. Por exemplo, as restrições à expansão da agricultura na região Norte afetam a capacidade produtiva brasileira, embora isto seja irrelevante em tempos como os atuais, em que os preços dos alimentos estão muito baixos. Mas, se houver escassez mundial de alimentos, iremos, certamente, repensar a política para a região Norte.

Embora não imagine que os efeitos do suposto aquecimento do planeta faça-se sentir nos próximos 20 anos, nós do setor agrícola devemos estar muito atentos para as descobertas científicas e para as evidências que se acumulam, a fim de antecipar políticas e participar das discussões internacionais.

BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA NO BRASIL

Vale ressaltar apenas os seguintes pontos:

1. O mercado interno é muito grande, 150 milhões de consumidores, e nos próximos 20 anos poderá ter 200 milhões. Ainda temos, segundo afirma-se, 40 milhões de subnutridos; portanto, a elasticidade-renda de alimentos é elevada entre nós, pelo menos de 0,5, como alguns estudos indicam (Melo,1988). Um aumento anual da renda per capita de 3% gera um incremento anual de demanda de 1,5%. Se agregarmos o crescimento anual da população, que imaginamos de 1,4% ao ano para os próximos 20 anos, obteremos um taxa anual de evolução da demanda de 2,9%, e o mercado internacional poderá trazer uma demanda adicional de 0,5%, completando uma demanda de 3,4%. Obviamente, crescimentos a taxas mais elevadas, com melhor distribuição de renda, podem gerar demanda bem maior, até eliminação da subnutrição, quando a elasticidade-renda cairá drasticamente, aproximando-se a zero, porque o estômago é limitado, os médicos nos recomendam comer menos e as atividades que consomem muita energia,

exceto as esportivas, estão sendo substituídas por máquinas. Quando isto ocorrer, a evolução da demanda será apenas consequência do incremento da população.

2. A demanda não se expande uniformemente. A urbanização e o enriquecimento da população tende a favorecer os produtos que exigem menos tempo da dona de casa: as proteínas animais, principalmente a carne branca, frutas e hortaliças. Espera-se, em função da renda per capita, um pequeno incremento do consumo do arroz e nenhum do feijão (Benevenuto & Souza, 1994). Imagina-se um pequeno crescimento, muito abaixo dos 3,9%, do consumo de carne vermelha, por causa de recomendações de dieta e a competição com a carne de aves e peixe. A demanda de grãos deverá acompanhar a de carnes, e será elevada a demanda por produtos ambientais, especialmente florestais, e por produtos ligados às atividades de lazer que o meio rural ofertará à população urbana. No caso dos produtos ambientais, a legislação precisa ser reformulada para facilitar que o mercado seja um instrumento de preservação do meio ambiente.

Os bioenergéticos têm elasticidade-renda elevada. Têm, contudo, que competir com o petróleo, e dependem diretamente de estímulos e restrições do governo. São produtos, na grande maioria, de preços e consumo regulados pelo governo, que não prima pela continuidade e coerência. Apesar disto, a demanda por estes produtos deverá crescer a taxas elevadas.

A ABERTURA AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A abertura aos mercados externos terá efeitos profundos. Teremos que competir com países avançados, de tecnologia sofisticada, e que ainda subsidiam sua agricultura, e com países densamente povoados, de agricultura familiar, cuja remuneração da mão-de-obra é o resíduo que sobra depois de pagos os demais dispêndios. Ou seja, em países cujo valor alternativo do tempo do trabalhador rural pode convergir para zero, como China, Vietnã e Índia. Nossos produtores vão ter acesso à tecnologia mecânica de países que empregam, até a porteira da fazenda, menos de 6% de sua força de trabalho. O efeito combinado da abertura comercial nos mercados de produto e de trabalho será, portanto, dramático.

É bem verdade que a agricultura dos três estados sulinos, há três décadas, vem se ajustando a um padrão de mecanização que levou a uma queda substancial do emprego. Contudo, nosso nível de mecanização é, ainda, muito menos intenso que o dos países desenvolvidos. Na medida em que se zerarem as tarifas de importação, nossos produtores vão ter acesso a

máquinas e equipamentos e a crédito para financiá-los que têm muito maior poder de eliminar empregos. Serão motivados a fazer investimentos porque a legislação trabalhista onera e complica a administração da mão-de-obra.

Nossa produção, tanto para o mercado interno como para o externo, será viável se factível a preços que prevalecem no mercado internacional. No curto prazo, isto tem implicado na redução da produção e na destruição de empregos em magnitudes tais que nenhum programa de reforma agrária pode repor. No horizonte que estamos trabalhando, a mecanização em conjunção com as tecnologias bioquímicas, de grande poder de expandir a produção e de reduzir o número de produtores, pressionará nossa agricultura a ter um padrão de emprego e de eficiência até a porteira do produtor, semelhante ao do Primeiro Mundo. Quem não se ajustar ficará fora do mercado. Como a tecnologia moderna é muito exigente na habilidade de decodificar informações que vêm de todos os mercados, inclusive do financeiro, os produtores de menor nível de instrução serão os mais afetados pelo ajustamento da pobreza rural; portanto, pagará a conta do ajustamento. A tecnologia será o fator que aprofundará as desigualdades de renda entre pessoas e regiões, como conseqüência da falta de investimento no ensino de primeiro grau.

Em resumo, a abertura ao comércio externo exacerbará a tendência de evolução da nossa agricultura na direção de tecnologias que pouco empregam até a porteira da fazenda, e que têm enorme capacidade produtiva por unidade de área. Muitas explorações já fizeram o ajustamento, como a de soja, trigo, suínos e aves. Outras estão na encruzilhada, como a de pecuária leiteira e de corte. Há regiões que se ajustam rapidamente, como as três sulinas. Já o Nordeste e o Norte estão muito longe do padrão mencionado. Por exemplo, se o padrão nordestino se ajustar ao do Sudeste, do ponto de vista da relação trabalhador/produto, a população rural do Nordeste cairá de 17 milhões para cerca de dois milhões de habitantes³. Estamos, portanto, diante de uma bomba migratória de efeitos perversos, principalmente, quando se considera que grande parte dos migrantes é analfabeta ou tem menos de um ano de escola rural, de péssima qualidade. São, assim, inaptos para competir no mercado de trabalho sulino, e acabam sendo arrastados para as favelas, quando não para atividades ilegais.

³ A população rural do Sudeste é de cerca de oito milhões de habitantes e o produto do setor rural é quatro vezes o do Nordeste.

A abertura ao mercado externo não pode, portanto, ser automática. Terá que ser administrada, tendo-se em vista permitir que o ajustamento do mercado de trabalho rural se faça de forma mais ordenada.

Forças que já vêm atuando há muitas décadas, e que contribuíram para industrializar e urbanizar o País, e a abertura comercial estão, rapidamente, mudando o perfil tecnológico da agricultura brasileira para um modelo que usa muito pouca mão-de-obra, baseado na ciência e em informações que fluem de todo o globo e de todos os mercados. Qualitativamente, nossa agricultura, tendo-se em conta toda a cadeia produtiva, será cada vez mais semelhante à dos países industrializados e urbanizados. Já é, assim, em alguns produtos e deve se ajustar nos demais. Devemos esperar uma grande redução do número de produtores e de empregos para os trabalhadores assalariados. Precisamos, portanto, conhecer melhor o impacto destas transformações e o custo de obstá-las, se for este o objetivo de nossa sociedade.

LOCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Foi graças a uma grande mobilidade que a agricultura brasileira, em menos de 400 anos, ocupou cerca de 2/3 do território nacional. Queremos, contudo, especular as mudanças de localização de alguns produtos, as quais terão grande impacto na região tradicional e na de destino.

1. O transporte de grãos do porto de São Luís para a Ásia e Europa é cerca de 1/3 do custo dos portos sulinos. A ferrovia Norte-Sul e as estradas existentes, as planejadas ou em construção, viabilizarão vastas áreas aptas a produzir grãos no Maranhão, Tocantins e sul do Pará. A experiência já demonstrou que existe tecnologias disponíveis para aquelas áreas, nos casos de soja e milho. E já alcançamos uma produção que ultrapassa, em muito, os limites de uma experiência, como já ocorreu com o pólo de Barreiras, na Bahia, e em Balsas, no Maranhão.

Devemos, portanto, esperar que parte importante da produção de grãos para exportação desloque-se para o Tocantins, Maranhão e sul do Pará. As regiões tradicionais terão que aumentar muito a eficiência para contrabalançar o diferencial de custo de transportes. O mercado interno provavelmente passará a ser a opção preferencial dos produtores das regiões sulinas. Como é da tradição brasileira, muitos deles se deslocarão para a região sob a influência do porto de São Luís, carregando consigo uma vasta bagagem de conhecimentos que a população local não tem. É muito provável que a população local venda as terras aos sulinos porque não está

preparada para a agricultura moderna e não dispõe dos recursos financeiros necessários, ou seja, os empresários serão de fora e os empregados nordestinos. Mas o Nordeste será grandemente beneficiado pelos empregos diretos e pelos indiretos, que serão criados nas cidades.

O custo do ajuste para o Centro-Sul é importante, mas não assustador, porque a maior parte da população já migrou para as cidades e há alternativas igualmente rentáveis, como é o caso da produção de bioenergéticos.

2. As rodovias para o Pacífico encurtarão as distâncias do mercado internacional em cerca de 1.000 km, beneficiando os estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre. Consta que faltam 700 km para serem asfaltados. Mato Grosso e Rondônia já são dois grandes produtores de grãos. O Acre é uma incógnita, em virtude da pressão dos ambientalistas. Mas, se as atividades produtivas tornarem-se lucrativas, concessões terão que ser feitas. O efeito sobre a população local difere do do Nordeste, porque os empresários já lá se encontram e têm capital e conhecimentos. A abertura para o Pacífico encontrará mais dificuldades de operação. Envolve vários países e os portos não são brasileiros.

3. O vale do São Francisco e algumas outras regiões do Nordeste estão se transformando em grandes produtores de frutas e de sucos, inclusive para exportações. Esta tendência deve aprofundar-se a ponto de ter um grande impacto nos estados tradicionais produtores, como São Paulo. Banana já é um exemplo marcante. Há grandes possibilidades que o mesmo ocorra com laranja e manga e, neste caso, os cerrados são a alternativa de localização.

A POBREZA RURAL

Cerca de 46% de toda a população rural do Brasil é nordestina: 17 milhões de pessoas. A segunda região é o Sudeste, que tem cerca de oito milhões. As demais somam juntas a população desta região. No Nordeste rural, estão mais de 90% dos que ganham menos de meio salário. A pobreza rural brasileira é basicamente nordestina, e os recursos para reter aquela população e criar empregos no meio rural, predominantemente, devem ser investidos naquela região, o que infelizmente não ocorre.

Um estudo recente mostrou que as demais regiões já contam, basicamente, com pequeno estoque de pessoas no meio rural, e estão, bruscamente, reduzindo as taxas de migração rural-urbana. Dos 10,4 milhões de pessoas que deixaram o meio rural na última década, 4,1 milhões eram nordestinos. O estudo mostrou uma tendência de aceleração do êxodo

rural naquela região⁴ e de desaceleração nas demais. Como já dissemos, os migrantes daquela região não são aptos para competir pelos empregos que as cidades oferecem, e resvalam-se para as atividades informais ou, então, para a marginalidade (Alves, 1995).

Na agricultura nordestina, a maior restrição é a seca e a má distribuição do pouco que chove. A não ser nos microclimas favorecidos, não há esperança de desenvolvimento da agricultura sem irrigação, que é uma tecnologia muito exigente em capital humano especializado e que, portanto, não pode ser massificada. Contudo, nas mãos de agricultores competentes, tem enorme capacidade de gerar empregos de boa remuneração. É vã a esperança de transformar cada pequeno agricultor ou trabalhador assalariado num produtor bem sucedido. A irrigação, infelizmente, discrimina o pouco instruído, para não falar naqueles que sofrem restrições severas de crédito.

A impressão que tenho é que os mentores da política econômica e os políticos já perderam a fé na capacidade da agricultura de reter população e julgam ser mais barato cuidar dos pobres nas cidades. Tirando o programa de reforma agrária, que não saiu da fase da retórica, muito pouco é feito para reter os trabalhadores nos campos. As políticas recentes têm, exatamente, grande poder de agravar o êxodo rural. É incompreensível que o programa de irrigação tenha sido sepultado: sem ela não há como expandir a agricultura no Nordeste!

COMENTÁRIOS FINAIS

As conjecturas deste trabalho chamam atenção para os seguintes pontos:

1. A agricultura brasileira deverá ajustar-se a um padrão de tecnologia, do ponto de vista qualitativo, ou seja, o modo de produzir, dos países avançados de ampla base territorial e já urbanizados. Muita coisa já caminhou nesta direção. Os impactos maiores serão nas regiões Nordeste e Norte e nos agricultores que não dispõem do capital humano que a agricultura do amanhã exigirá. O que fazer para amenizar sofrimentos, obstar ou estimular a evolução, conforme o desejo da sociedade, é o grande desafio.

⁴ O baixo nível educacional e a pobreza explicam as taxas menores de migração no Nordeste. O elogiável esforço para melhorar o ensino básico deve contribuir para estimular os movimentos migratórios.

E. Alves

2. Em função de investimentos em infra-estrutura e resultados de pesquisa, produtos importantes mudarão seu endereços de produção. É fundamental identificar os impactos nas regiões de origem e destino.

3. Será possível construir um programa para a pobreza rural, ao menos para a maior parcela dela que vive no Nordeste, que não esteja baseado na falsa premissa de que agricultores semi-alfabetizados podem assimilar tecnologia moderna e que tenha um custo aceitável? Ou é mesmo melhor deixá-los migrar e nas cidades assisti-los, como parece ser o pensamento dominante entre as elites brasileiras?

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. Migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, v.4, n.4, p.15-29, out./dez. 1995.
- BENEVENUTO, A.; SOUZA, G. Elasticidades de demanda de produtos da lavoura brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.32, n.1, p.47-58, 1994.
- INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE. **A 2020 vision for food, agriculture and the environment**. Washington, D.C., 1995.
- MELO, F.H. de. **Um diagnóstico sobre produção e abastecimento alimentar no Brasil**. [S.l.: s. n.], 1988. Relatório para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).